

MARXISMO, HISTÓRIA DAS MULHERES: O MASCULINO E O FEMININO NAS RELAÇÕES ENTRE MILITANTES DAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS QUE COMBATERAM A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1967/1976)

MARXISM, HISTORY OF WOMEN: THE MALE AND THE FEMININE IN THE RELATIONSHIPS BETWEEN MILITANTS OF THE COMMUNIST ORGANIZATIONS THAT COMBAT THE BUSINESS-MILITARY DICTATORY (1967/1976)

**Lia Castanho de Figueiredo Guimarães (CHT/UFF)¹
Luiz Claudio Duarte(CHT/UFF)²**

Resumo

O trabalho defende que a História das Mulheres tenha no materialismo histórico o seu fundamento teórico-metodológico capaz de possibilitar a compreensão das contradições entre o masculino e o feminino em suas determinações múltiplas e historicamente constituídas. A configuração dos papéis sexuais deu-se no longo tempo histórico e foram reconfigurados em diferentes modos de produção combinando exploração de classe com exploração de gênero, o que faz da luta contra a opressão de gênero uma luta política e ideológica. Para o materialismo histórico o modo de produção capitalista não representa somente o ápice e a última etapa histórica das relações sociais baseadas na exploração de classe, mas também aquela na qual as relações de gênero, as contradições entre o masculino e o feminino, alcançam maior complexidade e potencial crítico. O marxismo foi a teoria social que desnaturalizou as relações sociais e conferiu historicidade às relações desiguais e opressivas entre homens e mulheres. O marxismo almeja não somente a abolição da exploração entre as classes, mas também toda e qualquer forma de opressão, por isso tem na luta pela emancipação das mulheres um elemento essencial da sua pauta de lutas contra o capitalismo. As organizações que, na clandestinidade, empreenderam a resistência à ditadura empresarial-militar, via de regra, reivindicavam-se marxistas e seus programas, de forma mais ou menos direta, apontavam para o socialismo como objetivo estratégico. Partindo dessas premissas busca-se perquirir e explicar as relações político-ideológicas e a *práxis* vivida por homens e mulheres que militaram nas organizações clandestinas que lutaram contra a ditadura nas décadas de 1960 e 1970. O objetivo é investigar se o discurso de igualdade entre os sexos, presente nos estatutos e/ou programas de tais organizações, expressava-se como prática no cotidiano da militância, na atribuição das tarefas, nos cargos de comando e na vivência dentro dos aparelhos.

Palavras-chave: história das mulheres, marxismo, ditadura, esquerda.

Abstract

The paper argues that the history of women has in historical materialism the theoretical-methodological basis capable of understanding the contradictions between the masculine and the feminine in their multiple determinations and historically constituted. The definition of

¹ Graduanda do 6º período do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal Fluminense, orientada pelo Prof. Dr. Luiz Claudio Duarte.

² Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, *campus* de Campos dos Goytacazes (CHT/UFF). Mestre em História Social pela UFF e Doutor em Educação pela UFF.

sexual roles took place over a long historical time and were maintained in different modes of production combining class exploitation with gender exploitation, which makes the struggle against gender oppression a political and ideological struggle. For historical materialism, the capitalist mode of production represents not only the apex and the last historical stage of social relations based on class exploitation, but also the one in which gender relations, the contradictions between masculine and feminine, reach greater complexity and critical potential. Marxism was social theory that denied the natural character of social relations and demonstrated that the unequal and oppressive relations between men and women were historical. Marxism seeks not only the abolition of exploitation among classes, but also any and all forms of oppression, so it has in the struggle for the emancipation of women an essential element of its agenda of struggles against capitalism. The political organizations that, in the underground, undertook resistance to the military-capitalist dictatorship, as a rule Marxists were claimed and their programs, more or less directly, pointed to socialism as a strategic objective. Based on these premises, it is sought to investigate and explain the political-ideological relations and praxis experienced by men and women who militated in clandestine organizations that fought against the dictatorship in the 1960s and 1970s. The objective is to investigate whether the discourse of equality between sexes, present in the statutes and programs of such organizations, was expressed as a practice in the daily life of militancy, in the attribution of tasks, in the positions of command and in living within clandestine shelters.

Key Words: History of women, Marxism, Dictatorship, Left.

INTRODUÇÃO

A História das mulheres surge em oposição a tendência do positivismo dominante no século XIX, mais precisamente na terceira geração da escola dos Annales refletindo diretamente mudanças políticas e sociais que contribuíram para a mulher se tornar objeto de estudo da ciência histórica. Este campo tem como objetivo compreender mulher como agente ativo dentro do processo histórico, procurando desnaturalizar os papéis subordinados relegados a essa. Ao se debruçar sobre essa área o historiador em seu ofício se depara com diversos desafios, esse que para muitos se pode traduzir na aproximação com o marxismo.

Entretanto, ao se aprofundar nas obras do próprio Marx e daqueles que se inspiraram neste, vemos que a preocupação com a questão a mulher é constante e há a busca para entender o seu papel na lógica social vigente e dentro do processo histórico. Deste modo, ao pensarmos neste campo com o recorte temporal proposto, a ditadura empresarial-militar, o materialismo histórico se faz presente como uma ferramenta de análise.

Sendo assim, as contradições que engendram o período correspondente a grande agitação política de esquerda em oposição ao regime ditatorial, podem ser compreendidas dentro do processo histórico. Ao se pensar em uma sociedade marcada pela consolidação do conservadorismo em batalha constante com as mudanças ocasionadas pelo “boom” dos movimentos sociais em 1968, o papel das mulheres nas organizações de esquerda se mostra de grande importância. O ato de lutar contra o regime e ocupar a esfera política já poderia ser

considerado como revolucionário, entretanto, como funcionava a lógica entre homens e mulheres? O fator sexo influenciava nas divisões dos cargos e das tarefas?

Esses questionamentos se mostram pertinentes dentro da dinâmica das organizações de esquerda já que tinham como base e princípio orientador o marxismo, que tem a preocupação com a equidade.

1. AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA E O MARXISMO COMO UM CAMINHO

A ausência das mulheres na produção historiográfica e a inexistência de uma análise e compreensão do papel destas na lógica processual e temporal, fez surgir uma nova área de pesquisa dentro da ciência histórica. Ao se debruçar sobre essa temática, o historiador enfrenta uma batalha contra o discurso consolidado da naturalização do papel feminino. Esse que não é por acaso, compõem um projeto ideológico de uma determinada classe com o intuito de manter uma determinada estrutura, responsável pela reprodução das desigualdades e dos privilégios.

Deste modo, a História das Mulheres surge contra a perspectiva defendida no século XIX conexas ao positivismo e tendo como característica o antropocentrismo, produzindo a “História dos Grandes Homens”. Marcando a produção historiográfica com uma temática geral que perpassa todos os campos, o homem, deixando a mulher no plano secundário: “O ‘ofício do historiador’ é um ofício de homens que escrevem sobre o masculino [...] célebres – piedosas e escandalosas- as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História” (PERROT,1988, p.185).

Essa que será combatida através desse novo campo oriundo do movimento iniciado do século XX pela escola do *Annales* com o intuito de produzir uma nova História. Entretanto, esse movimento inicialmente não se atentará para a Mulher como um agente ativo dentro da história e passível de se tornar objeto de estudo. Contudo, é a partir do desenvolvimento e consolidação dessa nova História, mais precisamente em sua terceira geração, que uma parcela daqueles que historiadora Michele Perrot chama de “Os excluídos da História” será tida como objeto de estudo. Esse movimento de mudança dentro do campo historiográfico está relacionado diretamente aos fatores científicos, sociológicos e políticos da década de 70. A História ligada ao aspecto da interdisciplinaridade permite uma aliança com a antropologia, as mulheres estão ocupando os espaços acadêmicos em maior número em conjunto com ascensão dos movimentos de libertação(PERROT,1988). Esses elementos em constante relação fazem surgir essa nova área e sua consolidação.

Sendo assim, a História das Mulheres não é constituída através de um viés factual, responsável apenas por relatar a participação e o destaque de algumas ao longo do processo

histórico. É de modo contrário a todas essas características, buscando historicizar os papéis tanto do homem quanto da mulher, vistos como naturais na lógica da estrutura patriarcal, relacionando-os e entendendo a construção destes ao longo do processo histórico totalizante influenciado por múltiplas determinações.

O desafio é reconhecido pelos historiadores na prática do seu ofício, George Duby e Michele Perrot considerados expoentes dessa nova área retratam as dificuldades desse campo que é “minado de incertezas, saturado de controvérsias moveções, pontuado de ambiguidades sutis” (TADECHI,2012 apud DUBY; PERROT, 1990, p.7). Em uma obra conjunta, os historiadores indagam não só sobre essas dificuldades, mas também sobre a ausência e o papel secundário ocupado pela mulher nas produções historiográficas:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história? (PERROT, 1988, p.184).

As mulheres possuem uma história, essa que não pode ser mais ignorada e que se torna essencial para entender outros processos e a dinâmica histórica que se relacionam concomitante. É necessário atentar-se para o papel da mulher consolidado pelo discurso da História tradicional: a mulher ocupa o espaço privado, está por trás dos grandes acontecimentos, tendo uma função secundária e subordinada. Esse papel é naturalizado e buscado ao longo dos períodos históricos, ocupado exclusivamente pela mulher, quando questionado é justificado pela existência das diferenças entre os sexos.

A biologia e as demais ciências serão consultadas para legitimar essa ideia, a mulher tem um caráter dual que é alternado ao longo do tempo: ora maternal e sensível responsável por cuidar da esfera privada, enquanto os homens ocupam a pública; ora irracionais e responsáveis pela ocorrência de fatos ruins por se encontrarem dotadas de um sentimentalismo exacerbado(PERROT,1988,177). Esses papéis se alternam e se relacionam a partir da lógica da subordinação ao longo do processo histórico.

Entretanto, o século XIX com o princípio racionalista em voga, será responsável por essa intensificação das diferenças entre o masculino e o feminino, especificando os papéis de cada um e as esferas distintas ocupadas por estes no meio social. Esse quesito reflete diretamente na produção da História das mulheres. A ausência das mulheres na política, principal meio de poder, a relega a um papel marginal dentro da produção. Outro fator dentro dessa lógica prejudicial é o fato de não haver textos femininos, porta vozes para a condição da mulher, ocasionando a escassez de fontes.

A partir das constatações e dos desafios apresentados, aqueles que se propõem a fazê-la estão cientes de toda essa problemática e procuram desmistificar esse processo histórico sem conflito, funcionando a partir de uma lógica aparentemente natural. Deste modo, identificando e analisando de maneira profunda as ações das mulheres ao longo da história em relações direta com os homens, revelando uma dinâmica complexa que engendra e movimenta a história, dando voz as mulheres enclausuradas inseridas nesta (PERROT,1988,177).

Ao buscar dar voz a essas mulheres dentro dessa lógica em conjunto com os desafios apresentados, esse novo campo de análise estabelece diálogos com vertentes teóricas e metodológicas. É possível analisar a ação dos indivíduos, homens e mulheres, concebendo seus papéis como construções sócio-históricas, constituídos através de múltiplas determinações e do movimento dialético. Somando-se a uma leitura dotada de um recorte de classe e o uso desta como categoria de análise, pode-se dizer de maneira introdutória e simplificada que a História das Mulheres pode estabelecer uma relação direta com o materialismo histórico e com o pensamento marxista.

A questão do papel desempenhado pela mulher dentro da dinâmica histórica não é tema central da obra de Karl Marx, mas a perpassa quando ele se debruça sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista e seus mecanismos. Deste modo, a mulher é mencionada no Manifesto Comunista, obra cujo objetivo principal é facilitar o entendimento da história como a história da luta de classes, tratando do movimento revolucionário da burguesia ao logo do processo histórico até a sua consolidação como classe dominante no sistema capitalista.

É neste modo de produção que ocorre a expropriação em massa e a exploração é potencializada ao máximo, a evolução do sistema cria e aperfeiçoa os mecanismos para essas práticas. A burguesia detém os meios para se impor como classe dominante consolidada e não hesita em utiliza-los para naturalizar sua filosofia liberal e todo o funcionamento do sistema. Dentro deste processo liderado pela burguesia, que “não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários” (MARX; ENGELS, 2005, p.46).

Essa classe dominada articulada com o desenvolvimento do capitalismo tende apenas a aumentar em conjunto com a exploração, evidenciando cada vez mais os antagonismos e conflito entre classes. Os responsáveis pelo grande movimento de transformação são aqueles que produzem toda a riqueza no final expropriada, os trabalhadores constituídos como classe são os detentores do poder revolucionário. Este movimento revolucionário tem como objetivo dar fim a exploração do homem pelo homem e o aniquilamento da propriedade privada burguesa.

Ao explicar de maneira didática todo este processo, Marx e Engels perpassam pela questão do papel da mulher na sociedade capitalista, ao desmistificar uma interpretação burguesa de como será essa nova sociedade comunista. Este equívoco corresponde a implementação da comunidade das mulheres, os autores irão lembrar ao leitor que essa prática já existe na sociedade capitalista. Inserido nesta lógica, o burguês considera a mulher apenas como um instrumento de produção (MARX, ENGELS,2005, p.55). A constatação deste fato é promovida pela própria interpretação burguesa desse novo sistema, formulada a partir do projeto comunista de coletivização dos meios de produção.

Tratando desta questão, Marx deixa claro que é totalmente contrário a esse tipo de papel desempenhado pela mulher na sociedade capitalista e nega todas as características deste sistema, propondo a libertação da mulher sobre esse papel desempenhado. A comunidade de mulheres articulada com outros mecanismos parece ser natural e está fortemente presente na sociedade capitalista burguesa. O burguês dispõe das mulheres proletárias, da prostituição e também se aventuram em seduzir e usar mulheres de sua própria classe casadas com outros burgueses. Para os autores do manifesto, a abolição das relações de produção capitalista implica diretamente no fim dessa comunidade de mulheres, sendo mais direto, ao fim a prostituição oficial e não oficial (MARX, ENGELS,2005, p.56).

Dentro desta mesma lógica, Engels escreve a obra “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, ao procurar estudar as sociedades pré-históricas e entender o desenvolvimento dessas instituições, a questão da mulher é novamente evocada no texto. Ao perpassar pelas três principais épocas, estado selvagem, barbárie e civilização, o autor demonstra a construção histórica de alguns papéis consolidados e naturalizados na sociedade capitalista. A partir dessa lógica, Engels demonstra como o processo histórico é dotado de um movimento dialético é mutável, sendo assim passível de uma grande transformação em todos os âmbitos.

Fundamentado nesta lógica, os laços de parentesco podem se intensificar ou não, quanto menos desenvolvida a divisão do trabalho, maior a intensificação e influência desses laços na dinâmica social. Deste modo, dentro do processo histórico e do crescimento desta sociedade, a divisão do trabalho intensifica-se. Concomitantemente desenvolve-se a propriedade privada, a exploração do homem pelo homem, as trocas e a acumulação de riqueza de variados modos (ENGELS,1984, p.7). Esses laços, a família e os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher transformam-se dentro deste processo.

Ao apresentar essa perspectiva e a formação da família nesta obra, Engels acredita dar fim a ideia de que a mulher é dominada pelo homem na história primitiva. Caracterizando a

mulher deste período como dotada de uma liberdade e apreciada pelos demais, fugindo da ideia de inferiorização e dominação natural do homem pela mulher. Os casamentos em grupo produziam uma sociedade matriarcal que chegará ao fim a partir do desenvolvimento das condições econômicas e das forças sociais, mais precisamente da intensificação da divisão do trabalho³. Essas condições econômicas, estão relacionadas diretamente com o aumento da produção dos meios de subsistência e os meios de produção (utensílios, animais, escravos e terra) que deixam de ser coletivos e pertencentes aos grupos e passam a ser do chefe de família. Tornam-se propriedade privada, gerando uma mudança estrutural e uma nova organização social, tendo como consequência principal o fim do matriarcado.

A derrubada desse alicerce nas sociedades que praticavam o matrimônio sindiásmico não será apenas a consolidação da propriedade privada, mas a questão da herança. Os chefes de família precisam assegurar que os meios de produção serão passados para os seus filhos, essa ação em uma sociedade matriarcal não é possível.

A dinâmica matriarcal foi invertida pelo homem através de uma revolução social, a partir do momento em que ele passou a produzir um número maior de riquezas, obtendo poder e retirando a centralidade da mulher nessa sociedade. Deste modo, a herança agora é passada para os filhos, esses que permanecem no grupo de acordo com o vínculo paterno, não mais materno. Esse novo cenário social formulado através da filiação masculina e do direito hereditário paterno resulta no patriarcado que atuará como pilar estruturante dessa nova organização. Caracterizado pela subjugação da mulher pelo homem, pode-se concluir que "o desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo"(ENGELS,1984, p.87).

A partir dessa nova lógica, a mulher assumiu um papel inferior ao homem e a família ganha o caráter patriarcal, organizada e dominada através da figura central do homem. Esse domínio não é sutil, a figura masculina tem total direito sobre a mulher, essa que "é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito"(ENGELS,1984, p.81). É importante frisar esse novo aspecto que irá permear todos os âmbitos desta sociedade.

Essa nova família é denominada monogâmica e marca o início da civilização, os laços matrimônios são dotados de uma maior rigidez não podendo ser desfeitos. Apenas a mulher pratica rigorosamente a monogamia e é fiel a esse contrato, convivendo sempre com ameaças de punições severas caso tente viola-lo. O sistema patriarcal condiciona todo esse modo

organizacional, impondo não só a monogamia. A submissão da mulher se traduzirá no severo controle da sua vida sexual, sendo imposta a castidade e a fidelidade obrigatória ao marido. Esse novo modo de organização familiar monogâmico, em que apenas a mulher pratica a monogamia, vai se conservar ao longo da passagem do tempo e chega na atualidade.

A conversão brutal entre os papéis ocupados pelo homem e pela mulher, gerando uma submissão imposta em conjunto com a monogamia, demonstra que essas instituições – família e matrimônio – foram condicionadas através dos elementos econômicos, mais precisamente a preservação da propriedade privada em conjunto com outras forças sociais. Sendo assim, Engels defende que essa nova dinâmica apresentada não é natural do processo histórico ou significa uma máxima evolução dessas instituições.

Admitir a construção desses papéis sócio-históricos e a superação destes é importante, pois a família monogâmica surge juntamente com a “escravização de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história” “é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito”(ENGELS,1984,82). Engels desenvolve mais essa problemática, tratando a prática monogâmica atrelada ao surgimento do conflito entre classes, gerado pelos antagonismos e contradições entre o feminino e o masculino.

A conversão brutal entre os papéis ocupados pelo homem e pela mulher, gerando uma submissão imposta em conjunto com a monogamia, demonstra que essas instituições – família e matrimônio- foram condicionadas através dos elementos econômicos, mais precisamente a preservação da propriedade privada em conjunto com outras forças sociais. Sendo assim, Engels defende que essa nova dinâmica apresentada não é natural do processo histórico ou significa uma máxima evolução dessas instituições.

Admitir a construção desses papéis sócio- históricos e a superação destes é importante, pois a família monogâmica surge juntamente com a “escravização de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história” (ENGELS,1984,82). Engels desenvolve mais essa problemática, tratando a prática monogâmica atrelada ao surgimento do conflito entre classes, gerado pelos antagonismos e contradições entre o feminino e o masculino.

Considerando os múltiplos determinantes que constituem essa realidade social, a família monogâmica desempenhando a função de unidade econômica está intrinsicamente ligada a libertação da mulher. Esse papel de submissão só pode ser superado com o fim deste modelo. Entretanto, esse só existe porque assegura a herança e a propriedade privada. O autor compreende que a supressão destas características só pode se concretizar com uma revolução

social em que os meios de produção se tornem coletivos. Não havendo mais a preocupação com a herança nessa possível realidade, Engels se questiona sobre a sobrevivência da monogamia ou como ela se daria nesse novo modo de organização:

Poder-se-ia responder, e não sem fundamento: longe de desaparecer, antes há de se realizar plenamente a partir desse momento. Porque com a transformação dos meios de produção em propriedade social desaparecem o trabalho assalariado, o proletariado, e, conseqüentemente, a necessidade de se prostituírem algumas mulheres, em número estatisticamente calculável. Desaparece a prostituição e, em lugar de decair, a monogamia chega enfim a ser uma realidade – também para os homens (ENGELS, 1984,96).

Além de a monogamia ser praticada finalmente pelo homem, o amor sexual individual poderá também se desenvolver plenamente e a mulher poderá desenvolvê-lo e se entregar sem temer as conseqüências relacionadas à sua sobrevivência dentro da sociedade. Esse novo sentimento partilhado por todos também será responsável por extinguir uma característica da sociedade em que a econômica doméstica predomina em conjunto com a família monogâmica: a prostituição. Dentro dessa totalidade, o fim desses antagonismos reformula toda dinâmica social, tendo como característica principal o fim da exploração e submissão da mulher.

A obra de Engels é importantíssima para a contraposição dessa ideia de que os papéis masculinos e femininos são naturais, os diversos papéis que os homens e as mulheres assumiram ao longo da história, mostram que essa concepção consolidada sobre o que constitui o homem e a mulher na sociedade é fruto de uma construção sócio histórica. A leitura materialista sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres é de grande relevância não só para entender a totalidade social, mas também dar início a reflexão do papel da mulher não só nesse modo de organização atual, mas também no processo de luta pela mudança deste.

Influenciados pela visão do materialismo histórico desenvolvido de modo intenso por Marx e por essas concepções de Engels, vários autores se atentaram especificamente a questão da mulher. Optei por apresentar as visões de Lênin, Alexandra Kolontai e brevemente um pouco do pensamento da Clara Araújo. Entretanto, não se pode esquecer as contribuições de Heleith Saffioti e Maria Lygia Quartim.

Vladimir Lenin, integrante da vanguarda revolucionária que liderou os trabalhadores na derrubada do capitalismo na Rússia em outubro de 1917, se atentará em seus discursos e obras para a questão da emancipação da mulher.

O autor não se ilude ao achar que a mulher está livre da opressão dentro do capitalismo. Reconhece a prostituição defendida pelos liberais como fruto desse sistema que se renova e possui diversos meios para a exploração do sexo feminino. Deste modo, preocupa-se em pensar

como será a sociedade livre desse sistema. No Programa do Partido Social- Democrata da Rússia, a igualdade entre todos independente do sexo é frisada, junto com a preocupação com a sua saúde já que ocupava postos de trabalhos caracterizados como insalubres e também com a segurança, exigindo inspetoras nas fabricas onde o trabalho feminino era empregado (LENIN,1980).

A abolição de qualquer elemento que implique na dificuldade de se estabelecer a igualdade de direitos entre homens e mulheres é de extrema urgência para o líder soviético. É somente através da igualdade em todos os ambos entre os sexos que as proletárias podem cumprir suas atividades de maneira plena e satisfatória. A questão da mulher e a defesa de sua emancipação e mostra importante para atrai-las para a luta contra o capitalismo já que “não pode haver revolução socialista se a imensa maioria das mulheres trabalhadoras não toma parte ativa nela” (LENIN,1980, p.61).

A transformação do caráter da economia não é o suficiente, Lenin reconhece que a luta para emancipação da mulher é árdua e necessita do empenho não só destas, mas também dos homens. A criação de leis não é suficiente, é necessário aperfeiçoar toda uma estrutura para inserir a mulher na produção social e no aparato político. A implementação do socialismo não faz dissipar toda exploração e opressão da mulher, é necessário um empenho em conjunto com toda sociedade. “É uma luta prolongada que requer uma radical transformação da técnica social e dos usos e costumes. Porém, esta luta terminará com a plena vitória do comunismo” (LENIN,1980, p.83).

Pensando em um novo contexto, com a vitória da revolução socialista e promessa da construção de uma nova sociedade, Alexandra Kolontai se dedica a analisar especificamente o papel da mulher e as transformações necessárias para a sua emancipação dentro desse processo. Presente na direção do partido e convivendo com os demais companheiros, Kollontai presenciara o choque entre as mudanças e a estrutura arraigada de dominação entre os sexos. A partir dessa lógica os seus estudos e sua luta se intensificam.

A autora em seu livro “A nova Mulher e a Moral sexual” tem como premissa que o papel desempenhado pela mulher dentro do processo histórico é mutável e essa ação ocorre de acordo com as condições de existência que vão se reformulando. Esses dois aspectos se influenciam mutuamente, “o tipo fundamental da mulher está em relação direta com o grau histórico do desenvolvimento econômico porque atravessa a humanidade” (KOLLONTAI,2013, p.15). Sendo assim, quando as relações sociais de produção se modificam, essa mudança não se restringe ao plano econômico, se relaciona diretamente com o psicológico da mulher que também altera-se.

A ideologia e o sistema patriarcal tiveram grande peso na socialização de todos os indivíduos, sendo assim, a transformação da base econômica traduz-se em um choque de valores na superestrutura. Desta forma, a luta para a emancipação da mulher revela-se como pauta indispensável durante e após o processo revolucionário, se mostrando um desafio, segunda a autora. A crise na moral sexual e o embate entre o antigo e novo modo de organização da sociedade vão gerar conflitos, não podendo ser ignorados. A questão da mulher precisa ser pauta principal não apenas depois da revolução, mas durante o processo revolucionário, é necessário enfrentar todos os desafios para a concretização da emancipação feminina. O comunismo só acontece com as renovações desses papéis em busca da igualdade entre o feminino e o masculino.

Essa luta em aproximação com o marxismo será analisada pela socióloga Clara Araújo, que identifica a importância de desnaturalizar os papéis desempenhados entre os sexos, os reconhecendo como um produto histórico condicionado pelos fatores econômicos e sociais que estão inter-relacionados e estão sujeitos a transformações. Deste modo, a perspectiva marxista permite compreender a dupla exploração sofrida pela mulher ao longo do processo histórico junto com os mecanismos ideológicos que contribuem para sua reprodução, distanciando-se da lógica determinista quando se admite a relação dialética entre as estruturas dentro de uma totalidade (ARAÚJO,2000, p.5).

Ao expor os conceitos e análises marxistas referentes ao entendimento da lógica relacional entre os sexos e o papel desempenhado por estes, é concebível reconhecer os diálogos possíveis com a História das Mulheres. Entender a mulher como sujeito histórico a partir de uma totalidade constituída através da inter-relação entre as estruturas econômicas e sociais, é entender que os papéis atribuídos aos sexos são construídos e mutáveis ao longo do processo histórico. Sendo assim, a mulher como objeto da ciência histórica é entendida através de uma lógica relacional, não isolada, compreendendo os processos que condicionaram a sua práxis dentro da história e a constituição de sua subjetividade.

Partindo desta premissa, a História das mulheres se afasta da ideia de isolar a mulher dentro do processo histórico, constituindo-se como um conhecimento factual. O essencialismo biológico não se mantém a partir desta ótica. A cultura, a subjetividade e os papéis sócio-históricos são compreendidos através de influência em última instância das relações materiais. Deste modo, a História das Mulheres aliada ao marxismo se afasta da proposta de uma nova História influenciada pelos paradigmas pós-modernos em que o simbolismo e a construção de identidades ganham centralidade, desconsiderando as práticas materiais e o movimento dialético da história em oposição à valorização do culturalismo.

2. O PAPEL FEMININO E MASCULINO NA LUTA ARMADA NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

Dentro do campo da História das Mulheres ligada ao marxismo, é necessário buscar as contradições entre os papéis exercidos por homens e mulheres dentro da luta armada tanto no campo quanto no espaço urbano brasileiro, no período correspondente ao regime político ditatorial fruto de um golpe militar-empresarial⁴ no ano de 1964. Primeiramente atentar-se para a crise sofrida pela esquerda brasileira mais precisamente dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde este incorporou a ideia de uma transformação gradual e pacífica originada de uma aliança com a classe burguesa que resultaria em uma frente nacional democrática. A posse de Jango tendo em seu plano de governo as reformas de base, apenas fomentou ainda mais esta hipótese dentro do PCB, gerando ainda mais conflitos que mais tarde ocasionariam cisões que inseridas no contexto de reação ao golpe e combinadas com o Ato Institucional Número Cinco, logo se traduziram em organizações dispostas a lutar contra o regime ditatorial articulado aos movimentos estudantis correspondendo assim a uma nova esquerda brasileira, essa que corresponde ao foco de análise.

Utilizando o recorte encontrado no livro *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)* da cientista política Maria Helena Moreira Alves, a pesquisa tem como enfoque temporal o terceiro ciclo de repressão. Este que teria início na promulgação do Ato Institucional Nº 5 no ano de 1968, responsável por adicionar ao regime um caráter altamente repressivo. Sendo assim, sufocou qualquer tentativa de reação contra o governo instaurado pelo golpe, impôs a censura e suspendeu o direito de *habeas corpus*, foi considerada a ditadura dentro da ditadura (ALVES, 1984, p 1310).

É importante ressaltar que o ano de 1968 dentro da lógica mundial é marcado pelos protestos estudantis na França e a ascensão e consolidação dos movimentos sociais, como o feminista e operário, influenciando os estudantes e todos aqueles que estavam envolvidos na luta política para uma ação efetiva nas ruas. É neste período que ocorre a passeata dos Cem Mil

⁴ Conceito desenvolvido pelo cientista político René Armand Dreifuss na década de 70, consiste em entender que o golpe é regido através de interesses e de um projeto de uma determinada classe, essa que se constitui na empresarial. O autor hierarquiza os civis, sendo assim admite a participação de variados setores sociais colaborando com a legitimidade do golpe e instauração do regime, porém comparada a atuação do setor empresarial, essa participação não tem grande relevância, já que os empresários encontravam-se organizados no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) que teve importante colaboração na propaganda anticomunista e contra o governo de João Goulart, implicando até mesmo na elaboração de um projeto para o cenário político brasileiro no pós-golpe. É necessário enfatizar esse caráter empresarial, uma vez que o revisionismo dos anos 90 tem como tendência apaga-lo e utilizar o termo civil de maneira simplista, reforçando a dicotomia entre militares e não militares no golpe de 64. DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

e a presença de variados setores sociais nas ruas é intensa. Entretanto, o AI-5 permitiu aprimorar o aparato de repressão do regime e conseqüentemente inicia a clandestinidade dos grupos de esquerda, é auge das prisões e da prática da tortura. Deste modo, as organizações ficam impossibilitadas de utilizar as ruas como um espaço de luta política livre e é a partir deste momento, juntamente com as influências do maoísmo e foquismo, que a esquerda verá como saída a luta armada, caminho anteriormente construído dentro dos grupos.

Os movimentos de guerrilhas tanto rurais quanto urbanos tinham como objetivo se aproximar da massa proletária e camponesa, já que as organizações de resistência ao golpe tinham em sua formação predominante integrantes pertencentes a classe média alta, sendo assim pretendiam através dessa aproximação expor e ensinar os ideais da esquerda para essa massa incorporar-se à luta. É importante salientar que todas as ações guerrilheiras não tinham como propósito a derrubada do regime ditatorial e a implementação da democracia, pelo contrário, desejavam apenas mudar o conteúdo social, o caráter de classe do Estado ditatorial que passaria a ser a partir da revolução, proletário.

As guerrilhas urbanas traduziram-se em assaltos a bancos e sequestros de personagens políticos importantes dentro da ótica brasileira, entre esses podemos destacar o realizado pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em conjunto com Ação Libertadora Nacional (ALN) que resultou na captura do embaixador americano Charles Elbrick, que foi usado como moeda de troca, visando a libertação de quinze importantes líderes políticos da esquerda revolucionária. Já a guerrilha no campo, constitui-se em dois momentos: Caparaó e Araguaia.

A primeira realiza-se na fronteira entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com a participação de ex-militares juntamente com os participantes das organizações de esquerda, teve a duração de um ano (1966-1967). A segunda constitui-se no ao sul do Pará, foi considerado o maior movimento guerrilheiro rural do Brasil (ALMEIDA,2013, p.1), realizou-se entre 1966 até 1974. O término da Guerrilha do Araguaia corresponde ao fim da utilização dessa estratégia pela esquerda brasileira e deu-se a devido diversos fatores:

A experiência de luta armada no Brasil foi marcada pela falta de preparo e de planejamento efetivo em suas operações. A luta armada foi derrotada pela falta de apoio dos movimentos sociais e a falta do envolvimento popular, não havendo uma identidade dos mesmos com seu projeto revolucionário. Os guerrilheiros eram radicais e audaciosos em suas propostas, porém equivocados em suas ações. Eles não conseguiram balançar as estruturas do governo militar, e ao contrário de seus objetivos, acabaram contribuindo para o endurecimento do regime (ALMEIDA,2013, p.2).

Todo esse período retratado da luta armada realizada pela esquerda teve a participação feminina, que é o enfoque desta pesquisa. Engendrar o processo de resistência e partir para a luta armada buscando uma grande transformação política era um grande ato revolucionário para as mulheres do final dos anos 60, uma vez que esse período tem como um de seus marcos a ascensão da segunda onda do movimento feminista no Brasil, atingindo as mulheres que se encontravam na resistência política tendo como referencial teórico o marxismo e que pregava a construção de uma sociedade igualitária em todos os âmbitos. Mas como essa igualdade se construía dentro das organizações e nas relações com as militantes mulheres?

Estando essas entidades inseridas em um contexto, produto de uma construção histórica e social que se traduz em uma realidade patriarcal, marcada pelo machismo e por um papel submisso pertencente a mulher, este que também é uma construção histórica e que relegou a mulher ao ambiente privado, sendo assim o lar, seu lugar e os afazeres domésticos, sua função. A realização da mulher estava centrada em alimentar essa lógica, com o casamento sendo sinônimo do maior objetivo feminino e que precisava ser alcançado. A mulher não tinha um papel nem voz no ambiente público, logo não tinha participação no setor político. Deste modo, a partida para a luta tinha um caráter dual, o literal, de resistência ao regime militar que se ligava concomitantemente, propositalmente ou não, ao enfretamento da estrutura patriarcal em todos os ambientes, inclusive nas organizações de esquerda, e a renúncia ao papel social atribuído e tornando-o questionável.

O projeto propõe evidenciar as relações de poder e as contradições entre os homens e as mulheres na guerrilha, tendo a esquerda um modelo estabelecido para integração do movimento e que logo entra em conflito com a visão igualitária, e o que pode também justificar a ausência das mulheres nos postos de comando:

As direções políticas tinham como ideal o modelo de um homem guerrilheiro, que acreditavam ser mais apto a lidar com a guerra que a ditadura travava contra os grupos de oposição. Portanto, não queriam perder tempo para tratar da questão mulher, vista como desvio burguês (TELES, 1993, p.72).

O conflito entre a moral vigente da época, as transformações culturais do período e a construção de uma nova visão e sociedade pautada das ideias marxistas se traduzem na dinâmica das organizações de esquerda. Apesar do estudo da obra de Marx e de outros teóricos marxistas, a questão da equidade e da desigualdade entre homens e mulheres não se encontrava muitas vezes na pauta dessas organizações devido à preocupação intensa com a derrubada do regime. Segundo um militante da Dissidência Comunista da Guanabara, João Andrade, “o socialismo resolveria todos os problemas”.

Entretanto, a realidade da clandestinidade e o novo modo de organização partilhado entre esses grupos são permeados pelas ideologias do período, pelas transformações vigentes e o marxismo. A mulher da década de 70 vive a revolução dos comportamentos sexuais com o advento da pílula anticoncepcional, pode ter um mínimo de controle sobre o seu corpo e isso reflete no político, ainda mais em uma sociedade que acreditava que o único espaço possível de ser ocupado pela mulher era o privado.

Através da História Oral e da análise do número reduzido de fontes do período, procuro identificar papel exercido pelas mulheres relacionando-o com o papel também exercido pelo homem, buscando as contradições que engendraram essa realidade histórica, tendo em vista que essas organizações eram comunistas. Deste modo, pretendemos compreender ser o fator sexo implicava diretamente na ocupação dos cargos e na divisão de tarefas para realização de uma ação, tentando identificar a existência de uma práxis ligada a uma preocupação com a questão da mulher advinda da teoria marxista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aproximar a História das Mulheres ao marxismo, é possível entender que o papel relegado a mulher na atualidade é produto de uma construção sócio histórica advinda da combinação e influência dos fatores sociais e econômicos. Diversos teóricos trataram dessa temática, evidenciando que a mudança neste cenário marcado pelas relações capitalistas só será possível através de uma revolução. A emancipação feminina é uma questão do projeto socialista, não é de maneira nenhuma uma questão burguesa, a equidade entre os gêneros é algo que deve ser tratado durante e após o processo revolucionário.

Com a problemática das disputas ideológicas vigente nos anos 60, as obras de Marx e suas traduções chegam com dificuldade no Brasil além da extrema censura e perseguição. Impulsionados pelo desejo de dar fim ao regime ditatorial brasileiro, uma parcela da juventude inspirada pelos movimentos sociais e o marxismo irão se organizar e utilizarão a luta armada como mecanismo. Homens e mulheres compunham essas organizações, inseridos em uma sociedade marcada pelo conservadorismo e o machismo, características que vão se mostrar presentes dentro desses grupos nas relações entre os companheiros e companheiras.

Sendo marxistas, as contradições que engendram essa realidade se mostram nessa incompatibilidade entre o vivido e o esperado. As divisões de tarefas, de cargos e as funções realizadas eram condicionados pelo fator sexo devido ao sistema patriarcal e ao machismo estrutural que perpassava todas as relações. A preocupação com a derrubada imediata do regime, a clandestinidade e pouca leitura das obras, são fatores que influenciam e também

condicionam essa realidade. A práxis não condizia com as ideias de emancipação e equidade defendidas por teóricos marxistas e que fazem parte do programa socialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Dinorah Lopes Rubim. *A repressão e os descaminhos da luta armada no Brasil*. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, Feminismo e o Enfoque de Gênero. In: *Crítica Marxista*, nº 11, Campinas, 2000, p. 5.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Global, 1984.
- KOLONTAI, Alexandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- LENIN, V. I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.
- PERROT, Michel. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.